



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

ANTICORRUPÇÃO

19 de Julho de 2023 | Edição nrº 11 | Distribuição Gratuita | www.cipmoz.org

Corrupção no judiciário: Detenção de juiz em flagrante delito é ponta de iceberg de um grande problema oculto

*Por: Zanele Chilundo

Introdução

O comunicado do Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) dando conta da detenção de um Juiz de Direito A, numa secção do Tribunal Judicial da Província de Maputo, flagrado a receber dinheiro de suborno para influenciar decisões judiciais, foi recebido com surpresa por muitos moçambicanos. Entretanto, a corrupção no sector da justiça é uma prática enraizada. O que é raro é a responsabilização dos envolvidos¹.

Nas celebrações do dia africano de combate à corrupção, 11 de Julho, data em que foi ratificada a Convenção Africana para a Prevenção e Combate à Corrupção,² a imprensa destacou que o sector da justiça é visto como um dos mais corruptos em Moçambique³. No entanto, são pouco conhecidos os casos de responsabilização judicial de casos de corrupção neste sector.

No seu último Informe Anual à Assembleia da República, a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, referiu que a Polícia lidera os casos de corrupção, com 73 casos tramitados, seguido pela Justiça com 42 casos.

O Informe Anual da Procuradora-Geral da República, apresentado em 2023 à Assembleia da República, não fornece muito detalhe sobre magistrados envolvidos em corrupção mas refere que em 2021 foram tramitados 25 processos-crime de corrupção e peculato envolvendo magistrados judiciais e do Ministério Público, contra 22 processos do ano anterior. Dos processos referidos, 14 são da Magistratura Judicial, 09 da Magistratura do Ministério Público e 02 da judicial administrativa.⁴

O CIP recolheu dados recentes sobre casos de corrupção envolvendo magistrados e investigadores criminais que mostram que este sector não é, efectivamente, excepção. O quadro 1, abaixo, apresenta alguns casos de corrupção que envolvem Magistrados Judiciais e do Ministério Público.

1 GCCC.(2023). Comunicado de imprensa n.º 04/GCCC/DCI/012.3/2023; Jornal Notícias, edição de terça-feira, 18 de Julho de 2023.

2 AFRICAN COURT (2003). Convenção Africana para a Prevenção e Combate à Corrupção. African Court, disponível em: <https://www.african-court.org/wpafc/wp-content/uploads/2021/07/17-CONVENCAO-DA-UA-SOBRE-O-COMBATE-A-CORRUPCAO.pdf> (acessado às 18h30 do dia 14 de Julho de 2023).

3 MediaFax. (2023). Sector de segurança e judiciário continuam os mais corruptos. Disponível em: [file:///Users/zanelemariamo/Downloads/mediafax7868%20\(2\).pdf](file:///Users/zanelemariamo/Downloads/mediafax7868%20(2).pdf) (acessado a 14 de Junho de 2023 as 12h23).

4 PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA (2023). Informação Anual do PGR 2023. PGR, disponível em <https://www.pgr.gov.mz/por/Media/artigos-soltos/Informacao-Anual-do-PGR.20232> (acessado às 14h23 do dia 15 de Julho).

Alguns casos mediáticos de corrupção na justiça

N	ANO	CASO	Magistrado	Desfecho
1	2017-2023	Caso Milhulamente	Judite Mohoche Simão, do Tribunal Judicial do Distrito de Marracuene	Expulsa em 2017 por violação reiterada de normas e procedimentos e prática de erros técnicos graves e por ter mantido encontros secretos com uma das partes intervenientes do processo em troca de valores ilícitos. ⁵
2	2011	Desvio de fundos- Uso indevido de fundos do Estado para fins pessoais (cerca de 400.000 USD) e violação de normas-nomeação unilateral da Ana Juliana Sales para secretária-geral, sem reunir os requisitos legais para o cargo.	Juiz Conselheiro, do Conselho Constitucional, Luís Mondlane.	O juiz renunciou à sua posição de Presidente do Conselho Constitucional devido à pressão pelos escândalos de desvio de fundos e decisões arbitrárias à volta do seu mandato. ⁶ Entretanto foi nomeado Juiz Presidente da Secção Criminal do Tribunal Supremo. ⁷
3	2021-2023	Violação de regras e falta de deontologia profissional	Juiz de Direito B, Rui Dauane da 6. ^a e 7. ^a Secção Criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo.	Aposentado compulsivamente em 2021 por acumulação e gravidade de infracções. Acusado de falta de seriedade, desonestidade, incapacidade de adaptação às exigências de ordem técnica e deontológica. ⁸
4	2020-2023	Desvio de fundos de cerca de 207.257,20 MT no ano de 2018.	Juiz de Direito B, Mauro da conceição Chitsondzo, da 4. ^a Secção Criminal do Tribunal Judicial da Província de Tete.	Expulso em 2020 por desvio de fundos. ⁹
5	2022	Desvio de cerca de 745.646,81 MT nos anos de 2020 e 2021.	Juiz Cirilo João Massingue do Tribunal Judicial do Distrito de Moamba.	Expulso em 2022 por desvio de fundos dos cofres do Tribunal e depósitos obrigatórios. Retirada arbitrária e ilícita de valores em seu benefício e de terceiros. ¹⁰
6	2022	Desvios de valores de preparos e custas no valor total de 502.841,77 MT no ano de 2022.	Juiz de Direito B, Gonçalves Boavida Langa, da 3. ^a Secção Criminal do Tribunal Judicial da Província de Gaza.	Juiz expulso em 2022 por desvio de fundos de valores da Conta de preparos e custas do Tribunal. ¹¹
7	2019	Desvio de fundos, cerca de 328.933,65 MT, dos cofres do tribunal, no ano de 2019.	Fernando Tomo, antigo juiz do Tribunal Judicial do Distrito de Massinga.	Expulso da Magistratura Judicial em 2019 por pretensamente ter ordenado a emissão de cheques destinados à devolução de valores, respeitantes à caução depositada por alguns réus, à favor de terceiros para benefício próprio ¹² .

5 Carta de Moçambique. (2023). Tribunal Administrativo confirma expulsão de três juízes. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/13602-tribunal-administrativo-confirma-expulsao-de-tres-juizes> (acessado a 16 de Junho de 2023 as 10h31).

7 VOA Moçambique. (2011). Moçambique: Demitiu-se o Presidente do Conselho Constitucional. Disponível em: <https://www.voportugues.com/a/article-03-17-11-moz-resignation-118188879/1259797.html> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 20h10);

8 Carta de Moçambique. (2023). Tribunal Administrativo confirma expulsão de três juízes. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/13602-tribunal-administrativo-confirma-expulsao-de-tres-juizes> (acessado a 16 de Junho de 2023 as 10h31).

9 Carta de Moçambique. (2023). Tribunal Administrativo confirma expulsão de três juízes. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/13602-tribunal-administrativo-confirma-expulsao-de-tres-juizes> (acessado a 16 de Junho de 2023 as 10h31).

10 Carta de Moçambique. (2022). Magistratura judicial expulsa dois juízes e duas escrivas e um oficial de justiça por desvio de fundos. Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/12559-magistratura-judicial-expulsa-dois-juizes-duas-escrivas-e-oficial-de-justica-por-desvio-de-fundos> (acessado em 16 de Julho de 2023 as 18h32).

11 Carta de Moçambique. (2022). Magistratura judicial expulsa dois juízes e duas escrivas e um oficial de justiça por desvio de fundos. Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/12559-magistratura-judicial-expulsa-dois-juizes-duas-escrivas-e-oficial-de-justica-por-desvio-de-fundos> (acessado em 16 de Julho de 2023 as 18h32).

12 Opais. (2020). Antigos juízes na mira do tribunal por prática de corrupção em Inhambane. Disponível em: <https://opais.co.mz/antigos-juizes-na-mira-do-tribunal-por-pratica-de-corrupcao-em-inhambane/> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 19h06).

8	2018-2019	Desvio de mais de 2.7 milhões de MT.	Juiz Alexandre Njovo, antigo Presidente do Tribunal Judicial da Cidade da Maxixe.	Expulso da Magistratura em Outubro de 2019, por desvio de fundos em conluio com o escrivão Francisco Cumbane. ¹³
9	2022	Cumplicidade no desvio de fundos com o Juiz Cirilo João Massingue do Tribunal Judicial do Distrito de Moamba (quantias de 80.000 e 31.000 MT).	Escrivã Andrieta Matusse, do Tribunal Judicial do Distrito de Moamba.	Expulsa em 2022, por ter beneficiado de quantias ilícitas desviados nos cofres do Tribunal abusando da sua qualidade de co-assinate das contas do Tribunal em cumplicidade com os Juizes. ¹⁴
10	2022	Cumplicidade no desvio de fundos no valor total de 502.841,77 MT, no ano de 2022.	Escriva Susana Uamusse do Tribunal Judicial da Província de Gaza.	Expulsa pela Magistratura Judicial em 2022 por falsificação de canhotos e cheques para desvio de fundos em cumplicidade com o Juiz do Tribunal Judicial da Província de Gaza. ¹⁵
11	2022	Cobranças ilícitas no valor de 3.500,00 MT para omissão de mandato de captura.	Oficial de Diligências Manuel Bernardo Nipuro, Tribunal Judicial do Distrito de Alto-Molôcuè, na Província da Zambézia.	Expulso por ter realizado cobranças ilícitas para omissão de actos processuais. ¹⁶
12	2016	Venda de processos de auditoria no Tribunal Administrativo e nepotismo	Jeremias Zuande, Contador-Geral da Contadoria de Contas e Auditoria do Tribunal Administrativo.	Neste processo foi ainda denunciado o Presidente do Tribunal Administrativo, Machatine Mungambe, acusado de injustiças, improdutividade e perseguição de funcionários. (não há muita informação sobre o processo). ¹⁷
13	2022	Violação de normas e deveres da sua competência em troca de valores monetários.	Procurador da República da Provincial de Maputo (dados não identificados).	Expulso por facilitar a soltura de um arguido de nacionalidade estrangeira indiciado de tráfico internacional de drogas, em prejuízo do Estado moçambicano. ¹⁸
14	2022	violação dos deveres e princípios profissionais, designadamente: legalidade, dignidade, lealdade e honestidade.	Procurador da República da Província de Sofala. (dados não identificados)	Expulso em 2022 por abuso de cargo e de funções em benefício próprio, e em prejuízo de terceiros, por solicitar e receber valores monetários em troca da soltura de um arguido preso, indiciado pela prática de crime de homicídio involuntário. ¹⁹

13 Opais. (2020). Antigos juizes na mira do tribunal por prática de corrupção em Inhambane. Disponível em: <https://opais.co.mz/antigos-juizes-na-mira-do-tribunal-por-pratica-de-corrupcao-em-inhambane/> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 19h06).

14 Carta de Moçambique. (2022). Magistratura judicial expulsa dois juizes e duas escritas e um oficial de justiça por desvio de fundos. Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/12559-magistratura-judicial-expulsa-dois-juizes-duas-escritas-e-oficial-de-justica-por-desvio-de-fundos> (acessado em 16 de Julho de 2023 as 18h32).

15 Carta de Moçambique. (2022). Magistratura judicial expulsa dois juizes e duas escritas e um oficial de justiça por desvio de fundos. Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/12559-magistratura-judicial-expulsa-dois-juizes-duas-escritas-e-oficial-de-justica-por-desvio-de-fundos> (acessado em 16 de Julho de 2023 as 18h32).

16 Carta de Moçambique. (2022). Magistratura judicial expulsa dois juizes e duas escritas e um oficial de justiça por desvio de fundos. Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/12559-magistratura-judicial-expulsa-dois-juizes-duas-escritas-e-oficial-de-justica-por-desvio-de-fundos> (acessado em 16 de Julho de 2023 as 18h32).

17 Carta de Moçambique.(2023). Corrupcao no Tribunal Administrativo. Relatório de inquérito já esta nas mãos de juizes. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/13858-corrupcao-no-tribunal-administrativo-relatorio-de-inquerito-ja-esta-nas-maos-dos-juizes>. (acessado em 17 de Julho de 2023 as 18h4);

18 Opais. (2023). Expulsos um procurador da República e quadro oficiais de justiça. Disponível em: <https://opais.co.mz/expulsos-um-procurador-da-republica-e-quatro-oficiais-de-justica/> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 11h55).

19 Opais. (2022). Expulso procurador indiciado de corrupção. Disponível em: <https://opais.co.mz/pgr-expulsa-procurador-indiciado-de-corrupcao/> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 11h07).

15	2022	Violação de deveres. Corrupção para acto ilícito.	Procurador da República da Província de Maputo. (dados não identificados).	Expulso por realizar cobranças ilícitas para entrega ilegal de uma viatura apreendida em sede de processo. ²⁰
16	2022	Cobranças ilícitas, violação de deveres.	Procurador da República de Manica. (dados não identificados).	Expulso por solicitar quantias ilícitas para facilitar a soltura de um arguido condenado para cumprimento de pena de prisão efectiva. ²¹
17	2022	Violação de deveres e cobranças ilícitas.	Assistente de oficial de justiça afecta à Procuradoria Provincial da República de Sofala. (dados não identificados).	Expulsa por realizar cobranças ilícitas para facilitar pagamento de caução de arguido preso. ²²
	2023	Violação de deveres e corrupção;	4 (quatro) oficiais de justiça e um assistente de oficial de justiça, das Procuradorias Provinciais da República de Cabo Delgado, Tete e Zambézia	Expulsos por uso das suas funções em benefício próprio e em prejuízo de terceiros, ao solicitar e receber benefícios monetários para facilitar a soltura de arguidos presos, bem como o arquivamento de processos-crime em instrução. ²³

Implicações da corrupção no sector da justiça

As implicações da impregnação da corrupção no sector da administração da justiça são várias. A principal é a quebra de confiança na justiça, prejudicando o direito fundamental de acesso à justiça e aos tribunais. A corrupção causa, também, a fragilidade do sistema judiciário, manifestada através do congestionamento de processos, falta de celeridade processual, sentenças manipuladas por um preço e desvalorização da classe que opera no sector da justiça.²⁴

Consequências da corrupção

Uma das consequências da corrupção é a ineficiência do sistema de justiça, abrindo espaço para a impunidade e injustiça, e para a redução da confiança do público nos órgãos da administração da justiça, ficando prejudicados do direito fundamental de acesso à justiça e aos tribunais, dando oportunidade à continuidade do crime.

20 Carta de Moçambique. (2022). Magistratura do Ministério Público expulsa dois procuradores por corrupção. Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/11321-magistratura-do-ministerio-publico-expulsa-dois-procuradores-por-corrupcao> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 13h45).

Carta de Moçambique. (2022). Magistratura do Ministério Público expulsa dois procuradores por corrupção. Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/11321-magistratura-do-ministerio-publico-expulsa-dois-procuradores-por-corrupcao> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 13h45).

22 Carta de Moçambique. (2022). Magistratura do Ministério Público expulsa dois procuradores por corrupção. Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/11321-magistratura-do-ministerio-publico-expulsa-dois-procuradores-por-corrupcao> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 13h45).

23 Opais. (2023). Expulsos um procurador da República e quadro oficiais de justiça. Disponível em: <https://opais.co.mz/expulsos-um-procurador-da-republica-e-quatro-oficiais-de-justica/> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 11h55).

24 Ministério de Planificação e Desenvolvimento. (2009). Relatório de avaliação de impacto: Pesquisa sobre combate à corrupção. <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/pics/d119376.pdf> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 17h38).

FERNANDES, Paula Medina. (2009). Corrupção: Definição, Prevenção e Combate – O Caso de S. Tomé e Príncipe. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3461/1/2010001421.pdf>

Conclusão

Em Moçambique ainda é notável o medo de denunciar actos de corrupção praticados pelos magistrados e agentes de segurança por se tratar de pessoas “intocáveis” e com maior poder em relação aos demais cidadãos. Daí que a exposição dos casos e a sua responsabilização pública pode ser fundamental para quebrar o receio de denunciar os casos que envolvem a esta classe evitando o relaxamento dos processos. Há necessidade envolver mais a imprensa e a sociedade civil na divulgação dos casos de corrupção julgados e condenados pois assim, poderá ser possível criar pressão moral para a renúncia de actos ilícitos.

Recomendações:

Aos Conselhos Superiores de Magistratura Judicial, do Ministério Público e Administrativa, recomenda-se:

- Reforçar o controlo e a fiscalização dos órgãos do sector da administração da justiça, sancionando os juízes e procuradores com processos pendentes sem justificação, para garantir a sua celeridade;
- Garantir a celeridade dos casos de corrupção e divulgar na imprensa os casos julgados e condenados;
- Promover a cultura de prestação de contas;
- Reforçar a implementação das leis e códigos de conduta e das leis de combate à corrupção;
- Permitir que a imprensa e a sociedade civil tenham acesso à informação sobre os casos de corrupção para melhor promoção da transparência na tramitação dos processos (CSMJ e CSMMP);
- Modernizar os mecanismos de denúncia, criando meios virtuais e eletrónicos que permitam a realização da denúncia e seguimento do caso sem precisar de apresentar ao Ministério Público, dando a possibilidade do denunciante poder consultar o processo através de uma senha, por exemplo (Ministério Público);

À Assembleia da República

- Rever as sanções aplicáveis aos crimes de corrupção, especialmente aos que envolvem Magistrados e agentes de investigação, tornando as sanções menos brandas, pois as mesmas devem ter um carácter preventivo e função inibidora as práticas ilícitas.

Referências

Sites consultados:

- AFRICAN COURT (2003). Convenção Africana para a Prevenção e Combate à Corrupção. African Court, disponível em: <https://www.african-court.org/wpafc/wp-content/uploads/2021/07/17-CONVENCAO-DA-UA-SOBRE-O-COMBATE-A-CORRUPCAO.pdf> (acessado às 18h30 do dia 14 de Julho de 2023).
- FERNANDES, Paula Medina. (2009). Corrupção: Definição, Prevenção e Combate – O Caso de S. Tomé e Príncipe. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3461/1/2010001421.pdf> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 17h34).
- CIP (2022). Análise Crítica à Proposta da Estratégia de Prevenção e Combate à Corrupção na Administração Pública (2023 – 2033). CIP, disponível em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2022/11/Análise-Crítica-à-Proposta-da-Estratégia-.pdf> (acessado às 09h37 do dia 17 de Julho de 2023).
- CONSELHO DE MINISTROS (2022). Estratégia de Prevenção e Combate à Corrupção na Administração Pública (2023-2032). Conselho de Ministros, disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz215208.pdf> (acessado às 19h00 do dia 17 de Julho de 2023).
- e-GLOBAL NOTÍCIAS EM PORTUGUÊS (2021). Moçambique: Nyusi diz que números de corrupção são assustadores. e-GLOBAL, disponível em <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/mocambique/mocambique-nyusi-diz-que-numeros-da-corrupcao-sao-assustadores/> (acessado às 20h20 do dia 17 de Julho de 2023).
- PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA (2022). Informe Anual da PGR à Assembleia da República 2022. PGR, disponível em <https://www.pgr.gov.mz/por/content/download/6383/45498/version/2/file/Informa%C3%A7%C3%A3o+Anual+do+PGR+%C3%A0+AR.2022.pdf> (acessado às 15h30 do dia 15 de Julho de 2023).
- MediaFax. (2023). Sector de segurança e judiciário continuam os mais corruptos. Disponível em: [file:///Users/zanelemariamo/Downloads/mediafax7868%20\(2\).pdf](file:///Users/zanelemariamo/Downloads/mediafax7868%20(2).pdf) (acessado a 14 de Junho de 2023 as 12h23).
- Opais. (2020). Antigos juizes na mira do tribunal por prática de corrupção em Inhambane. Disponível em: <https://opais.co.mz/antigos-juizes-na-mira-do-tribunal-por-pratica-de-corrupcao-em-inhambane/> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 19h06).
- Carta de Moçambique. (2022). Magistratura judicial expulsa dois juizes e duas escritas e um oficial de justiça por desvio de fundos. Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/12559-magistratura-judicial-expulsa-dois-juizes-duas-escritas-e-oficial-de-justica-por-desvio-de-fundos>
- Ministério de Planificação e Desenvolvimento. (2009). Relatório de avaliação de impacto: Pesquisa sobre combate à corrupção. <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d119376.pdf> (acessado em 17 de Julho de 2023 as 17h38).

Legislação

- Lei n.º 16/2012, de 14 de Agosto (Lei de Probidade Pública);
- Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro (aprova o Código Penal);
- Lei n.º 25/2019, 26 de Dezembro (aprova o Código de Processo Penal);
- Lei 15/2012 de 14 de Agosto, (lei que estabelece os mecanismos de protecção dos direitos e interesses das vítimas, denunciantes, testemunhas ou peritos em processo-crime e cria o Gabinete de Protecção à Vítima).



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autora: Zanele Chilundo

Revisão de pares: Edson Cortez, Baltazar Fael e Borges Nhamirre

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[@CIP.Mozambique](https://www.facebook.com/CIP.Mozambique) [@CIPMoz](https://www.tiktok.com/@CIPMoz)
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique